

Protocolo 2D89125C-C597-4BEB-807C-D083F27A0135

Processo NF 1374-20

CNPJ 12.007.998/0001-35

Data 26/11/2020 17:01:32

Razão social PISONTEC COM E SERV EM TECNOLOGIA D A INFORMAÇÃO EIRELI

Responsável WBC  
pela  
impugnação

Descrição Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) da Itaipu Binacional - Paraná

**Referência: PREGÃO ELETRÔNICO NF 1374-20**

#### IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA

PISONTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI, neste ato qualificada como IMPUGNANTE, pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada neste processo de Licitação, inscrita no CNPJ nº 12.007.998/0001-35, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Carla Patrícia Carvalho da Silva, vem, na forma da Legislação Vigente, em conformidade com o Artigo 4º, XVIII da Lei Nº 10.520/200, cc Artigo 26 do Decreto Nº 5.450/2000 e subitem 6.6. do Edital impetrar a devida IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA em face do edital de licitação supracitado pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a discorrer.

#### I - DO NECESSÁRIO DESMEMBRAMENTO DO LOTE 1

Ao analisar o Edital em epígrafe, observam-se disposições que atentam contra os princípios da legalidade e da competitividade, podendo, por esta razão, afastar interessados neste processo licitatório e consequentemente impedir que a Administração Pública contrate a proposta mais vantajosa.

Isso porque o julgamento por menor preço de UM LOTE FORMADO POR ITENS AUTÔNOMOS POSSIBILITA um número maior de empresas participarem do certame, visto que muitas empresas possuem apenas alguns dos itens que compõem o lote e não todos, contrariando legislação. Vejamos.

#### SÚMULA Nº 247 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de

habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Ainda nesse sentido é o entendimento do tribunal pátrio esposado abaixo:

Sumário. REPRESENTAÇÃO. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES NO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS. ADOÇÃO DE CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO POR PREÇO GLOBAL, COM AGRUPAMENTO DE DIVERSOS ITENS NUM ÚNICO LOTE. COMPROMETIMENTO DA ECONOMICIDADE E DA VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO. PREGÃO SUSPENSO EM VIRTUDE DE DETERMINAÇÃO CAUTELAR. PROCEDÊNCIA. AFRONTA À SUMÚLA TCU 247. DETERMINAÇÃO PARA ANULAÇÃO DO CONTRATO E DOS ATOS DELE DECORRENTES. CIÊNCIA À AUDITORIA INTERNA DA ECT DE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES NÃO TRATADOS NESTES AUTOS. Grifos nossos. (Acórdão 1879/2015 - PLENÁRIO; Relator BRUNO DANTAS; Processo 011.268/2015-8)

Desta forma, visando maior competitividade no processo licitatório, solicitamos desmembrar o LOTE 1, formando um lote apenas de Licenças ADOBE, permitindo assim o cadastro individual de propostas. Isso faz-se necessário diante da mudança de política do respectivo Fabricante, que possibilitam que só grandes empresas forneçam para Governo.

Tal separação/desmembramento do Lote em “produtos” distintos viabilizará a efetiva competição no certame e economia na seleção da melhor oferta, sendo a Administração Pública a maior beneficiada ao promover um processo licitatório verdadeiramente amplo e isonômico, uma vez que, por meio do desmembramento do objeto tal como solicitado, estimulará a competitividade, abarcando o maior número possível de licitantes.

Entender o contrário, mantendo-se a opção atual, estar-se-á frustrando o princípio da isonomia, uma vez que a exigência formulada restringe seriamente o número de empresas licitantes, o que, em uma última análise, não favorece a verdadeira, justa e ampla competição e a economicidade da contratação.

## **II - DOS REQUERIMENTOS**

1. Diante dos fatos e fundamentos jurídicos apresentados em comum acordo com o Edital de Licitação, com a Legislação Vigente, suas alterações e as demais normas que dispõem sobre a matéria, a IMPUGNANTE vem requerer o deferimento em sua totalidade da IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA para que o Edital de Licitação seja REVOGADO e devidamente revisto quanto as alegações fundamentadas na presente IMPUGNAÇÃO.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Recife/PE, 26 de novembro de 2020.

PISONTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
EIRELI  
CNPJ 12.007.998/0001-